



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2020.0000694385**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1029847-86.2017.8.26.0114, da Comarca de Campinas, em que são apelantes ISABEL CRISTINA BUOSI BUZZO, PIETRA BUOSI BUZZO e GIOVANNA BUOSI BUZZO, são apelados ROBERTO SALVADOR FILHO, MEGA PARQUE ESTACIONAMENTOS EIRELI - EPP e SUL AMÉRCIA SEGUROS DE AUTOMÓVEIS E MASSIFICADOS S.A ("SADAM").

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. V.U.\***, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FÁBIO PODESTÁ (Presidente) e ROSANGELA TELLES.

São Paulo, 28 de agosto de 2020.

**DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT**

**Relatora**

Assinatura Eletrônica

**VOTO N° : 18.839**  
**APELAÇÃO N° : 1029847-86.2017.8.26.0114**  
**COMARCA : CAMPINAS — 7ª VARA**  
**APELANTES : ISABEL CRISTINA BUOSI BUZZO E OUTRAS**  
**APELADOS : ROBERTO SALVADOR FILHO E OUTROS**  
**JUIZ : LUIS MARIO MORI DOMINGUES**

\*AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. Responsabilidade civil extracontratual. Acidente de trânsito. Demandantes, esposa e filhas do falecido, que atribuem culpa aos demandados pelo acidente relatado nos autos. Demandados que, no prazo de defesa, denunciaram a lide à Seguradora Sul América. SENTENÇA de extinção do processo sem exame do mérito, com fundamento nos artigos 321, parágrafo único, e 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, arcando as autoras com as custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios arbitrados em dez por cento (10%) do valor atualizado da causa. APELAÇÃO das autoras, que insistem na concessão da “gratuidade”, pugnando no mérito pela redução da verba honorária para valor não superior a R\$ 5.000,00, mediante arbitramento por equidade, aduzindo pedido subsidiário de fixação dos honorários advocatícios devidos à Seguradora litisdenunciada em valor equivalente a dez por cento (10%) do valor da indenização securitária prevista na Apólice. EXAME: pedido de “gratuidade” negado pelo r. Juízo de origem mediante decisão já submetida ao reexame desta Câmara que, em sede de Agravo de Instrumento, manteve o indeferimento, porquanto ilidida a presunção de “pobreza” no caso concreto. Verba honorária sucumbencial imposta na sentença que, considerando as circunstâncias específicas do caso dos autos, comporta arbitramento por equidade na quantia de R\$ 20.000,00. Aplicação do artigo 85, §2º, incisos I a IV, e §8º, do Código de Processo Civil. Sentença parcialmente reformada. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.\*

Vistos.

O MM. Juiz “*a quo*” proferiu a r. sentença apelada, decidindo “*in verbis*”: “... *sem resolução de mérito, JULGO EXTINTO o processo, indeferindo a petição inicial, nos termos do artigo 485, inciso IV e artigo 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Tendo em vista que a parte requerida foi citada e já apresentou contestação, por sucumbente, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios da parte contrária (Roberto, Mega Parque e Sul América), que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa (valor da causa às fls. 27)*” (“*sic*”, fls. 1.200/1.201).

Os Embargos de Declaração opostos pelas autoras foram rejeitados (fls. 1.203/1.204 e 1.206).

Inconformadas, apelam as autoras insistindo na concessão da “*gratuidade*”, pugnando no mérito pela redução da verba honorária para valor não superior a R\$ 5.000,00, mediante arbitramento por equidade, aduzindo pedido subsidiário de fixação dos honorários advocatícios devidos à Seguradora litisdenunciada em valor equivalente a dez por cento (10%) da indenização securitária prevista na Apólice (fls. 119/128).

Anotado o Recurso (fl. 1.289), os demandados apresentaram contrarrazões pugnando pela manutenção da sentença (fls. 1.291/1.294, 1.295/1.306 e 1.307/1.318).

**É o relatório.**

Conforme já relatado, o MM. Juiz “a quo” proferiu a r. sentença apelada, decidindo “in verbis”: “... *sem resolução de mérito, JULGO EXTINTO o processo, indeferindo a petição inicial, nos termos do artigo 485, inciso IV e artigo 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Tendo em vista que a parte requerida foi citada e já apresentou contestação, por sucumbente, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios da parte contrária (Roberto, Mega Parque e Sul América), que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa (valor da causa às fls. 27)” (“sic”, fls. 1.200/1.201).*

A Apelação comporta conhecimento, porquanto observados os requisitos de admissibilidade no tocante (v. artigo 1.009 e seguintes do Código de Processo Civil).

Ao que se colhe dos autos, no dia 08 de julho de 2014, por volta das 22h46min, Giovani Raimundo Buzzo, marido da coautora Isabel e pai das autoras Giovanna e Pietra, conduzia o veículo I/BMW 125I 1A51, placas FRI-6886, ano 2013/2014, pela Rua Hermes Braga, em Campinas, neste Estado, na companhia da coautora Giovanna e de Victor Olini Trevisan, terceiro estranho à lide, quando, no cruzamento com a Avenida Moraes Salles, foi atingido pelo veículo I/BMW A200

Turbo, placas FUU-7580, ano 2013/2014, que era conduzido pelo correquerido Roberto Salvador Filho, de propriedade da corré Mega Parque Estacionamentos Ltda. EPP, que seguia pela mencionada Avenida no sentido Bairro-Centro em alta velocidade. Consta que, em razão da colisão, Giovani faleceu no local, tendo a coautora Giovanna e Victor sofrido lesões leves. Consta que o correquerido Roberto conduzia o veículo automotor embriagado e foi preso em flagrante delito por infração aos artigos 121, “*caput*”, c.c. 14, inciso II, do Código Penal. Daí a Ação, com pedido de condenação dos demandados ao pagamento de indenização por danos materiais, sendo R\$ 68.351,30 na modalidade danos emergentes e R\$ 3.782,22 a título de pensão mensal, além de indenização por danos morais no montante de R\$ 468.500,00, com a indicação do valor da causa na quantia de R\$ 536.851,30 (fls. 1/27 e 28/751).

Ainda segundo os autos, o pedido de “*gratuidade*” formulado pelas autoras foi indeferido. Elas interpuseram Agravo de Instrumento, que foi recebido com efeito suspensivo, possibilitando o andamento do processo até o julgamento do Recurso (v. fls. 775/789 e processo nº 2245021-88.2017.8.26.0000). Consta que os demandados foram citados e apresentaram contestação conjunta, pugnando preliminarmente pela denúncia da lide à Seguradora Sul America Cia. Nacional de Seguros Ltda. (fls. 799/834), que também foi citada e apresentou contestação (fls. 979/1.011).

Após melhor exame do caso por esta 27ª Câmara,

foi negado provimento ao Agravo de Instrumento interposto pelas autoras contra a decisão que indeferiu o pedido de “*gratuidade*” (fls. 1.181/1.193), tendo sido determinada a intimação das demandantes para o recolhimento das custas (fl. 1.197), mas o prazo estabelecido fluiu em silêncio (fl. 1.199), culminando com a superveniência da r. sentença apelada que, já se viu, julgou extinto o processo, sem exame do mérito, com fundamento nos artigos 321, parágrafo único, e 485, inciso IV, do Código de Processo Civil (fls. 1.200/1.201).

Malgrado o teor das razões recursais, a r. sentença apelada comporta apenas parcial reforma na parte recorrida.

Conforme já adiantado, o pedido de “*gratuidade*” já foi examinado por esta 27ª Câmara nos autos do Agravo de Instrumento nº 2245021-88.2017.8.26.0000, ocasião em que foi reconhecida a existência de elementos nos autos suficientes a afastar a presunção relativa da incapacidade financeira afirmada na declaração de fl. 29. Demais, nem mesmo se vislumbra a superveniência de novos fatos hábeis a justificar, na fase atual, a concessão da benesse, mormente considerando que as autoras receberam, com a venda do imóvel indicado, o montante de R\$ 1.090.000,00 (fls. 1.216/1.226), circunstância que afasta por completo a alegação de “*hipossuficiência*” financeira.

No que tange à pretensão de arbitramento da verba honorária sucumbencial por equidade, a modo de reduzir aquela imposta na

sentença, (correspondente a 10% do valor da causa para Roberto, Mega Parque e Sul América), deve mesmo ser acolhida mas apenas em parte.

Com efeito, o artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil, estabelece “*in verbis*” que:

*“Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.*

*§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:*

*I - o grau de zelo do profissional;*

*II - o lugar de prestação do serviço;*

*III - a natureza e a importância da causa;*

*IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.”*

Essa é a regra: o arbitramento dos honorários advocatícios deve ser efetuado entre dez (10) e vinte por cento (20%) do valor da condenação, do proveito econômico obtido ou do valor da causa. Contudo, o Código de Processo Civil vigente prevê, para o caso de proveito econômico inestimável, irrisório ou valor da causa extremamente baixo, a possibilidade de arbitramento por “*apreciação equitativa*”, nos termos do §8º do mesmo artigo 85 (“*Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º*”).

No caso vertente, conquanto atribuído

à causa o vultoso valor de **R\$ 536.851,30**, o fato é que o processo foi extinto sem exame do mérito já no início pelo não recolhimento das custas processuais iniciais, determinado em razão do indeferimento do pedido de “*gratuidade*” formulado pelas autoras na petição inicial. Observa-se que o trabalho desenvolvido na causa pelos Patronos dos requeridos consistiu tão-somente na apresentação de contestação semelhante à outra peça de defesa apresentada em demanda ajuizada por terceiro contra os demandados em razão do mesmo do acidente para a composição de dano material, nos autos do processo nº 1034928-16.2017.8.26.0114 ainda pendente de sentenciamento (v. fls. 799/834 e 979/1.011).

Assim, considerando as circunstâncias específicas do caso dos autos, a honorária sucumbencial devida aos Patronos dos demandados e da Seguradora litisdenunciada, arbitrada na sentença em valor correspondente a dez por cento (10%) do valor da causa, comporta arbitramento por equidade na quantia de R\$ 20.000,00, a modo de evitar o risco de enriquecimento sem causa, atendendo-se aos parâmetros previstos no artigo 85, §2º, incisos I a IV, e §8º, do Código de Processo Civil (v. REsp 1789913/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 11/03/2019).

Resta o acolhimento parcial do Recurso por conseguinte.



A propósito, eis a Jurisprudência:

1043129-39.2017.8.26.0100

Classe/Assunto: *Apelação Cível / Empreitada*

Relator(a): *Roberto Mac Cracken*

Comarca: *São Paulo*

Órgão julgador: *22ª Câmara de Direito Privado*

Data do julgamento: *20/08/2020*

Data de publicação: *20/08/2020*

*Ementa: AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO. Os honorários advocatícios são arbitrados com base no valor da condenação, do proveito econômico ou sobre o valor atualizado da causa (art. 85, §2º, CPC). Ainda que o valor seja elevado, mas a causa é de pouca complexidade, tem-se admitido o arbitramento por equidade (art. 85, §8º, do CPC). Inocorrência no caso destes autos. Recurso não provido.*

1112976-94.2018.8.26.0100

Classe/Assunto: *Apelação Cível / Hipoteca*

Relator(a): *Viviani Nicolau*

Comarca: *São Paulo*

Órgão julgador: *3ª Câmara de Direito Privado*

Data do julgamento: *06/07/2020*

Data de publicação: *06/07/2020*

*Ementa: "APELAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. Ação de obrigação de fazer. Sentença de procedência, a fim de condenar os réus a providenciar a baixa da hipoteca incidente sobre o imóvel dos autores. Honorários advocatícios fixados, por equidade, em R\$ 10.000,00. Irresignação recursal do advogado dos autores. Não acolhimento. Circunstâncias excepcionais dos autos que autorizam a fixação dos honorários sucumbenciais por apreciação equitativa. Valor da causa, de R\$ 300.000,00, incompatível ao proveito econômico obtido pela parte e que propiciaria remuneração divorciada dos critérios do art. 85, §2º do CPC. Demanda de baixa complexidade. Observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vedação ao enriquecimento sem causa. Precedentes. Sentença preservada. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO". (v. 33343).*

Impõe-se, pois, o acolhimento parcial do Recurso apenas para reduzir a verba honorária sucumbencial imposta na sentença para R\$ 20.000,00 (v. artigo 85, §2º, incisos I a IV, e §8º, do Código de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Civil).

Diante do exposto, dá-se parcial provimento ao  
Recurso.

***DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT***  
***Relatora***